



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3901.3108
- PROTOCOLO -

**NÃO INCIDÊNCIA DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO
PODER DE POLÍCIA ÓRGÃOS PÚBLICOS
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DOS
GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL**

Formulário XIII

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

_____, com domicílio à
rua/av _____ nº _____
conjunto _____ bloco _____ Qd. _____ bairro _____
fone _____ celular _____, brasileiro (a), estado civil
_____ nos termos do artigo 156, parágrafo único, da Lei Complementar
nº. 199 de 21 dezembro de 2004, que concede **NÃO INCIDÊNCIA DAS TAXAS PELO
EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ÓRGÃOS PÚBLICOS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E
MUNICIPAL – Parágrafo Único do art. 156 da LC 199/2004**, vem requerer,
respeitosamente a V. Sr.^a, se digne outorgar-lhe a referida não incidência.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

Contribuinte ou Representante Legal
CPF:

➤ Documentos Necessários

XIII. NÃO INCIDÊNCIA DE TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA – ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL – Parágrafo Único do art. 156 da LC 199/2004:

- a) Requerimento específico;
- b) Lei dispendo sobre a criação do órgão;
- c) Decreto ou portaria de nomeação do representante;
- d) RG e CPF do representante;
- e) Documento de Propriedade ou de posse do imóvel ou cessão (se for o caso);
- f) Taxa de abertura de processo, devidamente paga;
- g) Certificado de vistoria do Corpo de Bombeiro.

➤ OBS:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.